

# Instituto Socioambiental

fonte: JT class.: 46

data: 28/3/95 pg.: 9B

Terça-feira, 28-3-95

JORNAL DA TARDE/GERAL — 9B

**EXISTEM PROBLEMAS POLÍTICOS ENVOLVENDO O ASSUNTO**  
(Do presidente da Fundação Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, Israel Klabin.)

## Dinheiro desperdiçado na Amazônia

GOVERNO AINDA NÃO FEZ LEVANTAMENTO DE PROBLEMAS DA REGIÃO PARA APROVEITAR US\$ 77 MILHÕES DOADOS PELOS PAÍSES RICOS.

Apesar de o governo brasileiro ter assinado recentemente um contrato com o Banco Mundial, escolhido pelo grupo das nações mais ricas do planeta, o G-7, para gerenciar US\$ 77 milhões doados para proteção ambiental da Amazônia, o Brasil ainda não criou condições para aproveitamento desse dinheiro.

Os representantes do Banco Mundial consideram ainda inexplicável que, quatro anos e meio depois da criação da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional (CCZEE), sediada na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), em Brasília, o órgão não tenha conseguido sequer definir uma metodologia única de coleta de informações válida para todos os 12 Estados da Amazônia Legal.

Logo que se criou a comissão, o então secretário da SAE, Pedro Paulo Leoni Ramos, transformou o zoneamento numa banca de negócios escusos e terminou demitido. Ainda no fim do governo Itamar Franco, a SAE assinou, sem licitação, um convênio com uma ONG de empresários, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentado (FBDS) e com a Funcate — braço do Inpe — para a realização de parte do zoneamento.

A radiografia do potencial e

**ESTADOS DA  
AMAZÔNIA  
NADA FIZERAM  
COMO  
DINHEIRO  
REPASSADO**

dos problemas da Amazônia começou a ser executada em grande estilo em 1990. Com o programa, que previa investimentos de US\$ 135 milhões em cinco anos, o governo reforçou dentro e fora do País, às vésperas da realização da Eco-92, sua imagem de "modernizante" e "progressista". Para defender a tese de "desenvolvimento sustentado" na região amazônica, o governo instalou em 1991 um grupo multidisciplinar encarregado de elaborar o "diagnóstico ambiental da Amazônia Legal", primeira — e até agora única — das três etapas cumpridas pela SAE.

Depois de passar pelo apogeu, no biênio 91-92, a CCZEE caiu no ostracismo. Em 1993, a SAE se limitou a repassar verbas federais, não superiores a US\$ 200 mil, para os Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins darem início aos trabalhos de campo em suas respectivas áreas. Sem orientação e fiscalização competentes, os Estados praticamente nada fizeram.

A SAE também gastou recursos orçamentários para pagar as parcelas de um contrato de US\$ 1,5 milhão, assinado com o IBGE, para que este detalhasse o diagnóstico da área. O contrato acabou rompido no ano passado.

### LEVANTAMENTO

## FIM DA AUTONOMIA CIVIL

**Zoneamento poderá ficar a cargo do Projeto Sivam**

O secretário de Assuntos Estratégicos do atual governo, Ronaldo Sardenberg, estuda transferir para a área de atuação do Sivam — o sofisticado sistema de vigilância por radares previsto para ser instalado na Amazônia — a responsabilidade pelo zoneamento ecológico-econômico (ZEE) da região. Se efetivada, a mudança acabará com a autonomia do atual programa, coordenado pelo especialista Herbert Otto Schubart.

Ao cogitar transferir o zoneamento para os militares, o governo patrocinará um tipo de ação semelhante à experiência ocorrida nos anos 70. Nesta época, por meio do Projeto Radam, o País obteve as primeiras informações científicas — traduzidas em mapas e relatórios analíticos — sobre

as possibilidades econômicas da Amazônia.

Essas imagens pioneiras de radar serviram como documentação básica para os trabalhos de zoneamento retomados em 1990. Para justificar a realização do novo zoneamento, a SAE sustentou que a coleta de informações do Projeto Radam privilegiou os aspectos econômicos em detrimento dos ambientais.

Apesar de demonstrar interesse em concluir a coleta de informações sobre a Amazônia, até o momento o governo Fernando Henrique Cardoso não investiu sequer um centavo nestas atividades. Procurado pelo JT durante vários dias para falar sobre a situação do programa que coordena, Herbert Otto Schubart não deu resposta aos contatos.



Desmatamento: problemas da Amazônia tratados com negligência.

### POLEMICA

## O protesto das ONGs excluídas do zoneamento

Em julho do ano passado, a SAE entregou à Fundação Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (FNDS), uma ONG dirigida por empresários, e à Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologia Especial (Funcate) a responsabilidade de reordenar o programa de Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia.

O problema é que a transferência foi feita sem licitação e a FNDS pretende reordenar o tra-

balho executado pelo IBGE com os próprios técnicos do instituto, criando uma situação que levará o governo a pagar duas vezes a seus servidores pelo mesmo serviço. O empresário Israel Klabin, presidente da FNDS, não gosta de falar sobre o assunto e excluiu o zoneamento ecológico-econômico da lista dos principais projetos desenvolvidos pela fundação: "Existem problemas políticos envolvendo o assunto".

Criada há três anos, pouco antes da Rio-92, para "contribuir para projetos que compartilhem os conceitos básicos de desenvolvimento econômico e social com preservação e recuperação do meio ambiente", a FNDS tem sede no Rio e exibe em seu conselho

curador representantes de 24 pesos-pesados da indústria nacional, entre os quais a Aracruz Celulose, Vale do Rio Doce, Companhia Jari, Belgo-Mineira e Andrade Gutierrez.

Excluídas do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, as entidades ligadas ao Fórum Brasileiro de ONGs e Movimento Social para o Meio Ambiente e Desenvolvimento declararam guerra ao convênio. "Estamos vendo com maus olhos a participação da FNDS no programa", alerta a antropóloga Lara Pietricovsky, da coordenação nacional do fórum. "Temos problemas com essa fundação desde a Rio-92", acusa Pietricovsky.

Arquivo — 22/5/92